



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## AS ESTRADAS DE VILA RICA À CACHOEIRA DO CAMPO: DOS ANTIGOS CAMINHOS À ESTRADA DE DOM RODRIGO JOSÉ DE MENEZES. INSTRUMENTOS DE SALVAGUARDA E SUAS INTERFACES COM A MEMÓRIA DE SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO.

Área temática: Cultura

Autores: Alex Fernandes Bohrer ; Tássia Christina Torres Rocha ; Jefferson Alexandre da Cruz

IFMG Campus Ouro Preto; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Extensão – IFMG Campus Ouro Preto.

### Resumo

Nos tempos coloniais, as estradas reais eram as principais vias de acesso à região de Vila Rica. Em 1782 o governador Dom Rodrigo de Menezes mandou abrir uma nova estrada ligando o Palácio da Cachoeira ao de Ouro Preto. Esta estrada substituiu uma mais antiga, construída no cimo da serra, sendo, a partir da sua inauguração, usada como atalho - grande parte do caminho se faz em curva de nível, tornando-o menos árido, sinuoso e cansativo, especialmente entre José Henriques e a Pedra de Amolar. Ainda se podem observar, nos cumes da serra, os vestígios desta antiga passagem, erguida pelos primeiros povoadores das Minas: muros de pedra, partes de calçamento, arrimos, tudo conservado desde o tempo do Conde de Cavaleiros. Este trecho entre José Henriques e a Pedra de Amolar foi o que se tornou obsoleto quando da construção da nova estrada. Uma fantástica obra de engenharia colonial, a estrada de Dom Rodrigo oferece um passeio único pela imponente serra, outrora chamada Serra da Cachoeira (hoje conhecida como Serra de Ouro Preto). Além do Chafariz de Dom Rodrigo, neste entorno encontra-se também a Fazenda Caiera, datada de 1727. O projeto irá atuar em duas frentes. Enquanto a pesquisa se

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

encarrega de buscar formas de acautelamento dessas estradas (como tombamento, chancela de paisagem cultural, ou outras formas se que mostrarem mais aplicáveis) e produzir documentação para que se efetue o uso desses instrumentos de salvaguarda, a extensão fará um trabalho de sensibilização junto à comunidade de São Bartolomeu, a fim de se levantar os laços que a atual comunidade mantêm com essas antigas estradas. A etapa de extensão será fundamental uma vez que espera-se que a comunidade seja agente ativo nas tomadas de decisão da forma de acautelamento.

Palavras-chaves: Tombamento, Estrada, Preservação.

## 1. Introdução

Após o esmagamento da Revolta de Filipe dos Santos, em 1720, o Conde de Assumar propôs que se construíssem em Cachoeira do Campo um quartel e uma residência para os governadores de Minas, tendo em vista o ponto estratégico que o arraial era por excelência. O quartel seria construído já em 1720 e reconstruído em 1779. O Palácio dos Governadores foi construído em 1730 e ampliado em 1782 por Dom Rodrigo José de Meneses.

Dom Rodrigo tomou posse como governador da Capitania das Minas em 20 de fevereiro de 1780, sendo a solenidade realizada na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, como era costume. O Conde de Cavaleiros - título nobre e honorífico que Dom Rodrigo ostentava - veio para as Minas com sua esposa, a condessa Dona Maria José Ferreira d'Eça.

Homem de visão, dotado de verdadeiro tino administrativo e espírito empreendedor, tomou como primeira providência a reforma dos caminhos que condiziam à capital, todos, então, em precário estado de conservação e intransitáveis nos meses de chuva. Ainda no começo da década de 1780, Dom Rodrigo, além de melhorar os acessos, deliberou também construir pelo menos mais três vias, todas obras louváveis da engenharia, dotadas de pontes, muros de arrimo, chafarizes e obras de arte. São as três: a Estrada entre Vila Rica e Mariana, a Estrada da Soledade (a qual rumava ao Rodeio, no atual distrito de Miguel Burnier) e a Estrada da Cachoeira.

ISBN: 978-85-93416-00-2







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Percebe-se que boa parte do caminho está inserido no distrito de São Bartolomeu, onde a passagem obrigatória como única estrada de acesso à sede criou memórias diversas naquela comunidade.

Como se vê, essas estradas têm papel de destaque na história de Ouro Preto. As diversas cartas régias, que pediam abertura e melhoria das estradas que ligavam Vila Rica aos principais eixos de conexão do país no século XVIII, também apontam a importância que as estradas tinham (e ainda tem) para o desenvolvimento local. O processo de tombamento do Chafariz de Dom Rodrigo também indica essa relevância.

As estradas reais, abertas a mando ou sob a concessão da Coroa Portuguesa, constituíram-se as vias principais de acesso à região das minas e ao ouro que impulsionava a metrópole. Do encontro entre o “caminho velho” e o caminho novo” originou-se um emaranhado de entroncamentos, caminhos secundários que buscavam a sede da capitania, Vila Rica de Ouro Preto.

A principal destas vias foi construída durante o governo de Dom Rodrigo José de Menezes, entre Cachoeira do Campo e Ouro Preto, passando pelo distrito de São Bartolomeu. Obra notável da engenharia colonial, grande parte do seu percurso se faz em curva de nível ao longo da Serra de Ouro Preto, tornando-a caminho preferencial, pois, menos árido, sinuoso e cansativo que a antiga estrada que corria no cimo da montanha. A meio caminho entre Cachoeira e Ouro Preto, como marco da inauguração da estrada, foi construído um chafariz, hoje conhecido como Chafariz de Dom Rodrigo de Menezes.

Mais que um elegante monumento, o chafariz constitui registro precioso da vitalidade econômica e social daqueles séculos, quando a demanda pelo ouro e pelas oportunidades de ascensão social movimentavam os caminhos da capitania. Ponte de para, descanso e refazimento, o chafariz dá testemunho do espírito empreendedor, moderno, que animava o então governador da capitania, Dom Rodrigo de Menezes: à necessidade da estrada mais segura para os muitos viajantes, associa-se o elemento funcional e simbólico que informa e atravessa os tempos, servindo, ainda, hoje, como ponto de referência. (Prefeitura de Ouro Preto. Ação de Tombamento do Chafariz Dom Rodrigo de Menezes, 2007).

O olhar atento dos viajantes estrangeiros que palmilharam Minas Gerais durante o século XIX é de especial importância para quem deseja analisar o aspecto das velhas cidades mineradoras e seus caminhos. Apesar da maioria desses viajantes terem visitado

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Minas já no Império, seus relatos, pela proximidade temporal, nos dão uma ideia do período anterior, da época áurea da capitania. O caminho de Dom Rodrigo de Meneses foi visitado e descrito por vários viajantes estrangeiros durante o século XIX. Apesar do Chafariz ser ponto referencial deste caminho, pouca atenção deve ter recebido de nossos visitantes, posto que são raros os que lhe registram palavra. O mais minucioso relato desta estrada provém do Dr. Johann Emanuel Pohl, que por aqui esteve em 1819. É dele também uma interessante - ainda que breve - descrição do chafariz. O famoso naturalista austríaco descreve o caminho que percorreu entre Vila Rica e Cachoeira do Campo, onde visitou, além do Palácio, a casa de um compatriota seu e o Quartel da Cavalaria (pela época, já transformado na Coudelaria Real).

Diminuto, todavia revelador, é o trecho referente ao Chafariz: “chegamos a uma fonte murada, obra de um ex-governador [certamente Dom Rodrigo], que estava ameaçada de ficar sepultada por um desmoronamento.” Vê-se, desta forma, que os problemas do Chafariz não datam de hoje - por localizar-se sob um paredão de pedras, por várias vezes deve ter sido ameaçado.

O relato antigo mais extenso sobre o Chafariz vem, curiosamente, do Imperador Dom Pedro II, que tinha cuidado de descrever suas viagens num pequeno diário. Transcrevemos também longo trecho, referente ao passeio e à visita a Cachoeira do Campo:

2 de abril de 1881 (sábado) - (...) Subida da serra que divide águas do rio Doce de águas do rio das Velhas. Alto da pedra de amolar. Vasta e bela vista. O caminho é todo muito pitoresco. Descobri ao longe o Rio das Velhas. Chafariz do tempo do governo de D. Rodrigo de Meneses 1722 creio eu. Arraialzinho dos Taboões com ponte. Cachoeira do Campo arraial de muitas casas. Almocei; fui orar à Igreja que tem dois altares laterais que muito me agradaram por seus labores de talha. Visitei só a coudelaria. Casa arrumadíssima. O arrendatário fulano Castro não quis responder-me claramente sobre a extensão das terras e as cabeças de gado por causa de pequena renda que paga e assim mesmo sem tê-lo feito pontualmente. A terra da coudelaria é só de meu usufruto mas a fazenda do buraco igualmente arrendada ao mesmo é minha propriedade. Pensarei em aproveitá-las para colonos.

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Voltei à casa onde vi uma cadeira de forma antiga onde meu Pai se assentou e um Murta de 88 anos que lhe cuidava dos animais de viagem. Entreguei as duas cartas de alforria dadas pelo dr. Fernandes Torres a dois cônjuges ao marido estando ausente a mulher. O arrendatário das duas fazendas disse-me que cada alqueire já produziu 8 carros de mantimentos.

Fui ver as aulas de meninos e de meninas. Casas acanhadas. Naquela os alunos estavam ausentes, porém nesta achei meninas interrogando a uma e a professora irmã de um Modestino discípulo de preparatórios da Escola de Minas pareceu-me muito inteligente.

Partida às 1 ½ e chegada à Casa Branca às 4. Caminho sempre belo. Vi bem a Serra de Capanema e sua garganta. Foi por aí que nasceu o barão de Capanema. Orei na igreja. Jantar. Concerto, leitura dos diários do Rio de 30 - última data. Deitar às 9 h. (Diário do Imperador Dom Pedro II, vol.24.)

O relato do Imperador, cheio de curiosidades e num português mais despojado, ainda agrada e fala por si só. Chama atenção seu elogio do caminho (“muito pitoresco”) e a referência: “Chafariz do tempo do governo de D. Rodrigo de Meneses 1722 creio eu.”

Dom Pedro acerta o Governador, mas erra a data - 1782 é o ano certo, não 1722. Certamente a data, gravada em pedra, devia estar coberta de musgo ou semi-apagada, pois a dúvida é explícita.

De São Bartolomeu partiam caminhos secundários que atingiam o Caraça, Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara (e desta à Comarca do Serro), Casa Branca, além de outras trilhas que se esgueiravam pela serra em direção à Estrada de Dom Rodrigo: desta, à esquerda, rumava-se à antiga Vila Rica ou, à direita, ao Arraial da Cachoeira e seus arredores.

Quais caminhos, porém, existiam a ligar Cachoeira a Vila Rica, antes da obra de Dom Rodrigo? E qual o impacto da obra da nova estrada para Vila Rica, Cachoeira do Campo e, sobretudo, São Bartolomeu, que saíra da rota principal de acesso?

Qual a relação estabelecida entre a comunidade de São Bartolomeu e esse caminho hoje?

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Esses caminhos, tão importantes para a história colonial mineira, merecem, assim como o Chafariz (único bem tombado na longa serra), sua proteção efetiva por parte do Estado.

As estradas reais, que nos tempos coloniais exerciam importante função de circulação para Vila Rica, hoje formam um caminho turístico que retrata um importante período da história do país. Muitas políticas vem tratando de promover as estradas reais e ações são desenvolvidas para garantir a preservação do patrimônio histórico existente nesses caminhos. Como explica Márcio Santos:

Tem-se falado com frequência de um antigo caminho conhecido como Estrada Real, que percorria vasta área no centro-sul do Brasil, tendo como destino principal a região das minas de ouro e diamante da capitania de Minas Gerais. O tema tem atraído o interesse dos mais diversos setores, sendo alvo de iniciativas de agências e órgãos governamentais, empresas privadas, organizações não governamentais e pesquisadores individuais. Ações tem sido desenvolvidas para que se possa recuperar e conservar o que restou da antiga via, garantindo a preservação do patrimônio histórico existente no seu leito e no seu entorno e preparando-a para se tornar um produto turístico. (SANTOS, 2001).

Voltando-se para o uso sustentável do potencial histórico, cultural e natural, um dos programas atuais de divulgação das estradas reais é digno de nota: trata-se do Projeto

Estruturador dos Destinos Turísticos e do Instituto Estrada Real (FIEMG). O projeto estimula o turismo na Estrada Real, contribui para a economia local e fortalece os laços de identidade coletiva com as comunidades de entorno. Esse projeto vem apresentando interessantes resultados positivos, tanto para o turismo, como para a promoção do patrimônio.

A relação entre turismo e patrimônio é legítima e altamente explorada como recurso econômico e incentivo à valorização do bem. A atuação do turismo para o patrimônio é tão benéfica quanto o oposto: do patrimônio para o turismo. Evidente que esse embate pode gerar conflito motivado pela exploração do turismo se as ações de conservação não estiverem em sintonia, mas é preciso incorporar as ações turísticas como recurso positivo para a proteção do bem. Segundo Choay, o patrimônio apresenta atualmente dupla função:

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

é um bem à disposição de todos, para propiciar saber, e ao mesmo tempo é um produto cultural, criado para o consumo. (CLOAY, 2001). De acordo com a UNESCO o “turismo é principalmente uma forma de desenvolvimento econômico que tem recursos culturais em seus alicerces”. (UNESCO, 2006).

Assim, reconhecer de forma sistemática essas estradas entre Vila Rica e Cachoeira do Campo pode ser uma maneira de estimular a economia local, o turismo cultural e a preservação. Ademais é preciso lembrar do risco que essa região pode sofrer decorrente dos impactos ambientais negativos constantes nas atividades extrativas da mineração na região. O desmatamento, erosão, alteração da paisagem e do solo, fauna e flora podem comprometer a unidade do conjunto.

Assim, ações que incentivem a redução desses impactos são essenciais. A preservação do patrimônio arqueológico e histórico dessas estradas são ações de preservação da história de Minas Gerais.

No entanto, essas ações devem ter por base diretrizes que se amparem na educação e extensão comunicativa. A educação assume um papel transformador junto ao possível agente de impacto - o homem - transformando-o num aliado e protetor de suas próprias heranças culturais. Ações educativas, voltadas para a cidadania com ênfase em preservação ambiental e cultural e revitalização do meio ambiente local, ajudam a resgatar a riquíssima memória que envolve a região de São Bartolomeu. Como esclarece Marques:

A participação é um instrumento norteador das estratégias para resolução de assuntos de interesse público, é um fenômeno de ação coletiva que provoca integração social e diálogo entre a comunidade e o governo. Para efetivar a participação, os indivíduos precisam romper as barreiras da assimetria de poder e da assimetria de informação, de forma a ter acesso pleno e consciente às instâncias decisórias. A participação é uma premissa para as políticas patrimoniais. (MARQUES, 2009).

Marques relata a participação popular nos processos de tombamento de Diamantina e Serro. Segundo o autor, o diálogo com a comunidade diretamente afetada pelo tombamento é essencial para a relação de proteção. Na medida em que a comunidade participa das tomadas de decisão são naturalmente colocados em uma situação diferenciada de reflexão, a qual nunca antes exercitaram. Esse distanciamento provocado pela reflexão é que gerará nos agentes as ações preservacionistas. Nesse caso, as políticas

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

patrimoniais de educação aparecem como mediadoras entre a comunidade e o Estado. Assim é fundamental que os mediadores se amparem nas necessidades da comunidade. Camargo reforça essa ideia ao lembrar que a sensibilização com a comunidade atingida é que garantirá a preservação do bem.

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio constituído ou potencialmente a construir, não têm geralmente condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso um afastamento e estudo para superar tal desafio, compreendendo que aquilo que as pessoas têm diante de si apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente. Portanto, são os habitantes da localidade e do entorno imediato os primeiros a ser sensibilizados, com apoio na efetividade, para valorizar o patrimônio. São as comunidades e grupos locais que irão garantir sua preservação, formalmente por intermédio das escolas ou informalmente por intermédio do lazer (CAMARGO, 2002 apud MARQUES, 2009).

É preciso atenção redobrada dos mediadores nesta sensibilização. Os bolsistas precisam saber que os bens simbólicos a serem apreendidos têm obrigatoriamente uma relação de memória previamente estabelecida, que no caso refere-se aos moradores de São Bartolomeu. Conforme o diagnóstico com a comunidade for evoluindo, por meio das ações de extensão, as medidas e instrumentos preservacionistas deverão surgir como opções de proteção coletiva e corresponsável entre as partes (comunidade e governo). Só por meio dessa troca é possível que se extraia a melhor forma de acautelamento. Como confirma Bourdieu: “os bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (...) por aqueles que detém o código que permite decifra-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação”. (BOURDIEU, 1992).

Essas estradas representam um conjunto de estruturas de incrível tecnologia e engenharia e de significativa importância histórica. Rota de mineração e dos Inconfidentes, e intercâmbio entre áreas distintas, contribuiu para a formação de uma cultura singular, como a de São Bartolomeu. Some-se a isso a natureza espetacular do território que garante um diferencial maior à paisagem.

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Portanto, um trabalho que reúna a iniciativa da produção de um material de proteção da estrada, como garantia de sua salvaguarda, aliado ao trabalho de extensão, essencial para uma abordagem democrática, é importantíssimo para que as políticas de preservação sejam utilizadas de maneira coletiva e responsável.

O projeto visa contribuir para a proteção e salvaguarda do Patrimônio Histórico de Ouro Preto; - Promover a valorização da História e do Patrimônio da cidade; - Colaborar para os estudos referentes às estradas reais; - Incentivar a cidadania ativa, participativa e corresponsável. Objetivos Específicos: - Desenvolver pesquisas e estudos sobre os instrumentos de salvaguarda de paisagem cultural e natural e buscar amparo nas políticas públicas aplicáveis para grandes áreas, como o objeto de estudo exige; - Produzir documento de dossiê de Tombamento, Chancela de Paisagem Cultural ou outro instrumento que garanta a proteção das estradas; - Desenvolver, através da extensão comunicativa com a comunidade de São Bartolomeu, material audiovisual ligado a história oral e relatos da comunidade São Bartolomeu referentes às antigas estradas de acesso à sede do município; - Incluir a comunidade nas tomadas de decisão quanto à forma ideal de proteção e salvaguarda do bem.

## 2. Material e Metodologia

As ações de pesquisa compreendem o estudo de conceitos como educação patrimonial, processo de tombamento e processo de chancela da paisagem cultural. As reuniões de estudo programadas para os bolsistas explorarão a bibliografia acerca dos temas. Além disso, cabe ao bolsista pesquisador (sob orientação do professor proponente) montar o documento de proteção (seja chancela ou tombamento). Já à extensão cabem as ações junto à comunidade de São Bartolomeu, com a aplicação de pedagogia adequada para o levantamento das histórias dos moradores e reuniões para discutir as tomadas de decisão quanto ao produto final de proteção. Para isso serão promovidos seminários junto às comunidades, demonstrando a importância histórica da estrada de Dom Rodrigo e a relevância de salvaguardá-la enquanto patrimônio cultural e natural. Realizaremos palestras de educação patrimonial no sentido de sensibilizar as crianças e jovens,

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

valorizando o papel individual e coletivo na preservação do patrimônio, imbuindo neles o sentimento de pertencimento e identidade local. Serão Produzidos também material educativo que inclua os resultados das palestras e seminários, lembrando que essas publicações não constituirão um fim em si mesmos, ao contrário, serão fundamentais na composição do processo educativo. Nesse sentido incluiremos a comunidade nas tomadas de decisão referentes ao patrimônio.

Aplicação de questionários, encontros culturais, coleta de entrevistas e tratamento de todo o material serão responsabilidade do bolsista extensionista. Solicitamos, para tanto, três bolsistas, sendo que dois trabalharão na extensão e um na pesquisa. Contudo, esse número, apesar de ideal, não é condicionante para realização do projeto. A concessão de somente um bolsista de extensão ainda torna o projeto viável, sendo que, nesse caso, as atividades do bolsista 2 serão englobadas no plano de trabalho do bolsista 1 (vide Anexo VI). Nesse quadro hipotético de somente dois bolsistas, teremos um na extensão e outro na pesquisa.

### 3. Resultados e Discussões

Espera-se que o trabalho proposto por este projeto impulse um dos instrumentos de proteção patrimonial (aquele que se mostrar mais adequado às necessidades) e garanta, através dele, a proteção das estradas. O reconhecimento institucionalizado de patrimonialização do bem é essencial. Espera-se que a comunidade de São Bartolomeu seja agente ativa nas tomadas de decisão junto aos mediadores e que o trabalho de educação patrimonial e história oral possam aproximar os moradores do patrimônio e estimular a cidadania ativa e participativa.

### 4. Conclusão

Foram feitas mais de 800 imagens apontando vestígios de materiais em escala, sistemas construtivos, paisagem construída e ambiental. Dessa maneira, houve o armazenamento das imagens conforme correspondência as coordenadas. Cada coordenada tirada com o GPS corresponde a um vestígio material, seja ele um muro normal ou de arrimo, calçamento original, paisagem ambiental, referencias geográficas, ou edificadas. Esse material será utilizado nos trabalhos de extensão e também representa uma ferramenta

ISBN: 978-85-93416-00-2







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

BOHRER, Alex Fernandes, PIRES, Maria do Carmo, ANDRADE, Francisco Eduardo de. Poderes e Lugares de Minas Gerais. Um quadro urbano do interior brasileiro, séculos XVIII-XX. São Paulo: Scortecci/UFOP, 2013.

CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa. Programa Rumys – Projeto Estrada Real / Eds. Gilberto Dias Calaes; Gilson Ezequiel Ferreira - Rio de Janeiro: CETEM / MCT / CNPq / CYTED, 2009.

Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1989. Curso de Capacitação Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural. GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG- Belo Horizonte/MG, 2008.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Na rota dos caminhos da estrada real e dos tropeiros. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 36/37, ano 20, p. 111-117, 2007. SIMÃO, Cristina. Preservação do patrimônio cultural em núcleos históricos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TELLES, Antônio A. Queiroz. Tombamento e seu regime jurídico. São Paulo: Editora dos tribunais, 1992. TOMBAMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, (s.d.)

ISBN: 978-85-93416-00-2



adop

UFMG



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

